



**CONCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PARQUE
SENADOR JÉFFERSON PERES EM MANAUS**PESSOA, Makson Nascimento¹**RESUMO**

Com a construção do Parque Jefferson Peres, do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM)², realizado no município de Manaus-AM, buscou-se trazer abordagens sobre a questão ambiental, uso do espaço e a concepção que o parque traz para seus usuários sobre sua utilização, uso do espaço e de seus recursos naturais. O objetivo da pesquisa foi analisar as mudanças sociais e ambientais trazidas com a construção do parque. Além disso, teve-se como objetivos específicos: refletir sobre as mudanças ambientais quanto à participação pública relacionada aos serviços de esgoto, coleta de lixo, drenagem e arborização do parque; identificar quais foram os benefícios sociais trazidos a população; verificar se houve melhoria na qualidade de vida da população. Os procedimentos metodológicos para o alcance desses objetivos se deram por meio de leituras e revisões bibliográficas, trabalho de campo, coleta de dados e análise desses.

Palavras-chave: Parques. Socioambiental. Espaços Públicos. Atividade física.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa que fundamentou este trabalho justifica-se pela relevância em estudar o Parque Senador Jefferson Peres, por meio do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), realizado no município Manaus-AM. Com isso, busca-se trazer abordagens sobre a questão ambiental, uso e concepções que o parque traz para moradores e visitantes sobre a utilização dos espaços para a prática de lazer.

O parque possui orquidário, parquinho para crianças, além de trilhas conectadas e pontes sobre os igarapés (Igarapé Bittencourt e Igarapé Amazonas). É

¹ Graduado em Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

² O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) é um programa do Governo do Estado, com o propósito em ajudar na solução dos problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a cidade de Manaus e seus habitantes, especificamente aqueles que vivem abaixo da cota 30m de inundação.

utilizado pela população manauara especialmente para para atividades físicas, tais como caminhada, exercícios, fotografia artística ou encontros de namorados.

A intensidade e a velocidade dos impactos ambientais causados pela espécie humana se diversificam no decorrer da história, de acordo com as transformações econômicas e culturais. Diante disso, identifica-se a necessidade de o homem ter um espaço no qual possa circular e viver de forma saudável e em harmonia com o meio ambiente. Uma experiência relevante nesse sentido é o projeto do PROSAMIM, cujo objetivo é trazer qualidade de vida, desenvolvimento no conceito regional, inclusão social e conservação do espaço urbano.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, foram utilizados conceitos e o Método Histórico-dialético-crítico, o qual questiona o senso comum, percepção de mundo que se limita à aparência dos objetos. Nesse método, portanto, busca-se a essência dos objetos, base para o pensamento racional

Um pesquisador que utiliza o método dialético não devem ser negligenciar dados quantitativos, colocando-os a serviço de uma análise qualitativa da realidade. por um pesquisador que adota o método dialético. Nesse, objeto e sujeitos são intrínsecos, isto é, sujeitos se constroem e se transforma, o objeto construído pelo trabalho humano interfere nas ações dos seres humanos.

O presente estudo foi realizado no Parque Jefferson Peres, localizado na região central da cidade de Manaus no Estado do Amazonas.

Figura 1 - Mapa de Localização do Parque Senador Jéfferson Péres.

d) Realização do registro fotográfico do Parque.

Nessa fase da pesquisa de exploração de campo, foram utilizados alguns procedimentos para coleta de dados, como a aplicação de questionário com questões fechadas, técnica investigativa que permite levantar opiniões e expectativas sobre o objeto investigado e segue algumas formas de elaboração, como os tipos e números de questões a serem realizadas.

O questionário elaborado para essa pesquisa se foi composto por 12 perguntas fechadas, relacionadas às questões sociais sobre a utilização do parque para seus usuários. Essas perguntas foram relevantes para o direcionamento da investigação de forma mais participativa.

Compreende-se a importância deste estudo, porque ele analisa e reflete mudanças sociais e ambientais relacionadas ao Projeto Sócio Ambiental dos Igarapés de Manaus-PROSAMIM, em específico no Parque Senador Jefferson Peres.

2. USO E APROPRIAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

A ocupação das cidades devido ao seu crescimento traz consigo mudanças, as quais se deslocam das zonas rurais para os grandes e médios centros. Essa mudança para a cidade traz ações de ocupações que, muitas vezes, acontecem de forma desordenada, preenchendo lugares próximos aos Igarapés e rios (BARRETO, 2014).

A modernização urbana, no século XIX, colaborou com a transformação de costumes sociais em diversas cidades na Europa, fenômeno que se reproduziu internacionalmente (BRESCIANI, 1991). Melhorias na infraestrutura nos espaços urbanos se encontravam, geralmente, na perspectiva de modernização, provocando mudanças nos espaços públicos, para reverter ou minimizar os impactos do processo de industrialização nas cidades. Ao intervirem no perturbado ambiente urbano, essas transformações mudaram a trajetória cotidiana do cidadão, garantindo, imediatamente, a apropriação pelas elites.

Aos poucos, interagindo com as demandas ou expectativas trabalhistas relacionadas à diminuição do jornada de trabalho, as intervenções urbanas começaram a levar em conta as necessidades vinculadas ao tempo livre do

trabalhador, o que favoreceu, durante o século XX, o aumento do cultivo da frequência a espaços públicos. Como resultado, a criação de espaços públicos se tornou indispensável para a população, uma demanda apresentada especialmente às administrações públicas municipais.

A população, tendo a necessidade de um espaço para morar, acabou se estabelecendo em lugares às margens de igarapés e rios, em função do acesso e poder despejar com mais facilidade os resíduos biológicos no entorno dessas margens, diretamente nesses afluentes (BARRETO, 2014).

As mudanças causadas pela ação humana modificam a paisagem e seus elementos, agregando valores. Pode-se chamar de imaterialidade o espaço que, em si, agrega um valor, e se comparado com outros elementos imateriais, esse é mais valorizado (VENTURI, 2006).

Segundo Venturi (2006), os recursos naturais, materiais ou não, integram a paisagem geográfica. No entanto, são transformados profundamente pelo trabalho humano, cuja própria origem não depende do ser humano.

O programa ambiental e social dos Igarapés de Manaus teve como um de seus objetivos retirar os moradores das áreas de risco próximos às margens dos igarapés, e que estavam em condições de risco ou em situações precárias.

Segundo Rossim (2008), o acelerado crescimento da população em Manaus ocorreu desprovido de investimentos em infraestrutura. Além disso, não houve controle a respeito da ocupação e uso do solo, o que, associado à ausência de opções de moradia acessível nas cidades, especialmente para as pessoas de baixa renda, resultou no surgimento assentamentos informais, sem titulação de solo, compostos por moradias precárias e em áreas vulneráveis ambientalmente, principalmente próximo ao centro da cidade, às margens dos igarapés.

Além disso, existem outros fatores que contribuem, de modo desfavorável, com a apropriação inadequada dos espaços públicos, comprometendo a qualidade desses, os modos de planejamento e a gestão desses problemas (ROSSIM, 2008).

3. PARQUES URBANOS

Os parques urbanos podem ser compreendidos enquanto “fragmentos da natureza no meio urbano”, percepção romântica oriunda do século XVI, momento no qual notou uma transformação do pensamento ocidental a respeito da relevância da conservação, que observa, em espaços naturais de grandes dimensões, um alívio dos problemas próprios da vida urbana (FERREIRA, 2007).

Para Carneiro e Mesquita (2000, p. 28) parques compreendem espaços livres, destinados especialmente para a recreação. Ocupam, no espaço urbano, uma área territorial em nível equivalente acima da da quadra habitual urbana, apresentando, geralmente, elementos da paisagem natural, tais como topografia, vegetação, elementos aquáticos e edificações voltadas para recreação, atividades administrativas ou culturais.

Macedo e Sakata (2002, p. 54) conceituam parque urbano com sendo:

[...] todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura constituída em seu entorno.

Para Ferreira (2007), tem-se o conceito de parque ambiental conforme o seu objetivo primário, que seria a conservação do parque ou do recurso ambiental. Onde esses devem conter áreas destinadas a atividades de lazer contemplative e ativo.

Seguindo o mesmo pensamento, Figueiredo et al. (2013, p. 5) acrescentam que as áreas verdes no ambiente urbano são de indispensável necessidade, pois:

Além de seu valor paisagístico, contribuem para a purificação do ar, a redução de ruídos, o abrigo para a fauna, à melhoria do bem-estar e da qualidade de vida da população, sendo também um significativo espaço de esporte, lazer e turismo, proporcionando ao ser humano a possibilidade de reencontro com o ambiente natural e o resgate de vivências que foram sendo distanciadas pela complexidade do ambiente urbano.

Entre as colaborações do conhecimento ambiental para a administração de áreas verdes, pode-se observar o valor conferido a esses espaços pelos cidadãos e frequentadores, e como esses percebem as condições de vida e do meio ambiente no momento experienciado (COSTA; COLESANTI, 2011).

4. PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS –

PROSAMIM

O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) foi sistematizado em 2003, a partir de um trabalho de organização da gestão compartilhada envolvendo comunidades previstas para serem assistidas posteriormente, a partir de financiamento realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômica e Social (BNDES) e secretaria de Infraestrutura do município de Manaus (SEINF).

O governo estadual apresentou o PROSAMIM como o propósito de objetivo resolver problemas ambientais, sociais e urbanísticos presentes no município de Manaus, voltando-se especialmente para habitantes da Bacia Educandos-Quarenta (PROSAMIM I e II) e São Raimundo (PROSAMIM III). Destinou-se para esse programa aproximadamente 900 milhões de dólares, dinheiro proveniente de recursos próprios do estado somado a empréstimo do BID. As obras foram iniciadas no ano de 2005, compreendendo as fases I, II e III. Nesse processo, houve a remoção de 6.313 famílias dos igarapés Bittencourt, Cachoeirinhas, Quarentena, Manaus e Mestre Chico. Entre essas famílias, houve o assentamento de 1.986, na zona norte da cidade, no Conjunto João Paulo II, e 969 famílias foram alocadas nos Parques Residenciais do referido programa, em cuja justificativa, registra-se que:

O PROSAMIM pretende atuar nos âmbitos ambiental, urbanístico e social, apresentando como objetivo geral, contribuir para resolver os problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a cidade de Manaus, em particular os moradores das microbacias dos igarapés Educandos/Quarenta e São Raimundo, proporcionando melhores condições de qualidade de vida da população residente na área de abrangência do Programa, no entorno urbano e conseqüentemente na cidade de Manaus (PROSAMIM, 2011, p. 24).

Questões desafiadoras como urbanização, falta de saneamento, urbanização e habitação se desenvolveram durante quatro décadas, quando Manaus começou a acolher cidadãos de 62 municípios do Estado do Amazonas, à procura de ocupação profissional em indústrias da Zona Franca.

A urbanização observada nos países pobres e em desenvolvimento em muito se deve à industrialização tardia da periferia. As indústrias exerceram atratividade sobre a massa de mão-de-obra, principalmente a que participou do processo de

migração, deixando seu local de origem e tomando rumos diferentes em busca de uma vida melhor, no caso do Brasil, principalmente os oriundos da região Nordeste.

Com a expulsão dos trabalhadores do campo, em especial nos países que receberam empresas multinacionais que alavancaram a passagem de economias agroexportadoras para outras economias como a semi-industrializadas como o Brasil ou a Índia, isso provocou, a partir da década de 60, a explosão de grandes centros urbanos, principalmente nos países em desenvolvimento. Esses países que então eram denominados de terceiro mundo, apesar dessa industrialização, não receberam a provisão de habitações adequadas, infra-estrutura e equipamentos urbanos que trouxessem garantias de qualidade de vida aos trabalhadores e seus familiares (FERREIRA, 2007, p. 13).

Com o crescimento da capital, Manaus passou por um rápido processo de urbanização nas últimas décadas do Século XX e início do XXI. O aumento da população local ocorreu principalmente pela imigração de diversas pessoas vindas de outras cidades brasileiras, motivadas pela certeza de que o Pólo Industrial de Manaus. Como um grande celeiro de postos de trabalho. Manaus passou a ser preferida como possível oportunidade de melhoria de vida. Não vieram para essa cidade pessoas do interior do estado, mas também nordestinos em busca de novas oportunidades, apesar da incerteza quanto a garantias de emprego.

Essa população, em sua maioria, não teve apoio do poder público, que pouco se ampenhou para que essa parcela da sociedade recebesse algum incentivo ou benefício que lhes proporcionasse bem-estar social, direito à moradia e qualidade de vida. Isso ocorreu em função do excessponível de mão de obra dis (que diminuía sua força de reivindicação) e à sua relação com a classe dominante, preocupada em conservar baixos os salariais, portanto, baixo custo da mão de obra. Tal fato proporcionou o controle das massas populacionais, que se viram reféns do sistema político.

Sem alternativas de renda e moradia, muitas pessoas passaram a habitar no entorno das margens dos igarapés da cidade, não havendo, até 2003, uma política nos moldes do PROSAMIM que se dedicasse à reestruturação das moradias nas margens dos igarapés em Manaus, preocupando-se também com os aspectos ambientais, isto é, com a recuperação das margens destes flúvios. Ainda que tenham existido políticas de habitação, com a construção de moradias destinadas para as populações de baixa renda, essas não associavam à questão ambiental, bem como

não priorizavam o aspecto de construção de parques urbanos, como o analisado neste estudo. Conforme o referido projeto:

O PROSAMIM atendeu aproximadamente 14.115 pessoas por meio da construção de moradias. O Programa já construiu quase 130 km de rede de esgoto só na Zona Sul de Manaus; construiu pontes, novas vias para escoamento, nos 15 (quinze) bairros onde possui intervenções de obras; restaurou e recuperou a centenária Ponte Benjamim Constant; construiu nove parques com áreas verdes e para o lazer; ajudou a reduzir em mais de 50% a criminalidade e a quantidade de coliformes fecais que eram despejados das palafitas diretamente nos igarapés (AMAZONAS, 2015, p. 1).

A partir do ano 2000, com o programa do governo do Amazonas em melhorar a parte estética da cidade, começou-se a colocar em prática um grande projeto que se tornou prioridade para muitos governadores e prefeitos em épocas diferentes. Para isso, levou-se em consideração a necessidade de planejar estratégias e recursos para os problemas urbanos no estado do Amazonas, especialmente a partir de um viés de consciência ambiental (SOUZA, 2005, p. 22).

5. USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA

Os parques públicos compreendem espaços úteis para o desenvolvimento de atividades físicas, cuja frequência se dá por sujeitos que realizar desde atividades com baixo gasto energético até atividades como uma corrida exaustiva (ABERCROMBIE et al., 2008). O fato de a prática de atividade física ocorrer frequentemente em parques urbanos, incentivou várias áreas do conhecimento, tais como a psicologia e a arquitetura, a pensarem multidisciplinarmente em espaços públicos sustentáveis e voltados estimular o comportamento ativo dos cidadãos (ABERCROMBIE et al., 2008).

A atividade física é tratada enquanto relevante componente de um estilo de vida saudável, devido particularmente a sua associação com diversos benefícios para a saúde física e mental (PATE et al., 1995).

A implantação de políticas públicas para a promoção da saúde com ênfase na atividade física de lazer está em evidência nesta década. No entanto, para políticas mais efetivas, faz-se necessário, além dos aspectos associados aos atributos individuais, como interesse, suporte social e autoeficácia, o acesso a espaços e locais

para o desenvolvimento de atividades esportivas, como parques e praças (SALLIS et al., 2006).

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho aborda a questão da transformação do espaço público urbano e sua contribuição para a construção da identidade social, sentimento de pertencimento e confiança pública e privada. Sua finalidade é colaborar para um debate técnico, político e ambiental sobre a convivência urbana, a partir das percepções e aspirações dos habitantes e usuários desses espaços.

O contexto de análise é dado pela modificação do espaço social, que se expressa em novas formas de viver, de se relacionar e se organizar real e simbolicamente em espaços públicos, principalmente do Parque Jéfferson Peres na cidade de Manaus.

Há uma população com baixos níveis de confiança, que desvaloriza o coletivo e vive com uma alta percepção de insegurança em uma cidade como Manaus segregada social e espacialmente. No entanto, entre as aspirações dos entrevistados, está a necessidade de fortalecer o que é comum.

O estudo enfoca o Parque Jéfferson Peres na cidade de Manaus, houve uma distinção entre usuários, de um lado, e moradores do meio ambiente, de outro.

De acordo com o primeiro objetivo específico desse trabalho, para identificar quais foram os benefícios sociais da população com a construção do parque realizou-se um levantamento fotográfico desse, onde se destacam os principais benefícios da construção do, conforme exposição das figuras a seguir:

6.1. BENEFÍCIOS SOCIAIS COM A CONSTRUÇÃO DO PARQUE

A confiança no uso de espaços públicos não é distribuída igualmente entre homens e mulheres. Quanto à estrutura física, 18 dos entrevistados responderam que as instalações do parque estão em mau estado; e 32 dos entrevistados responderam que as instalações do estão em bom estado.

A segurança parece estar intimamente relacionada ao grau de frequência na utilização de espaços, ao conhecimento dos usuários e à participação na geração de espaço, como mostra o resultado da pesquisa.

Parece que uma escala relativamente pequena, tanto em termos de área de superfície como de número de usuários conhecidos, tem um efeito positivo na segurança. Pequenos subespaços e onde as pessoas se conhecem, em espaços maiores, talvez pudessem melhorar a percepção do uso noturno e permitir um melhor uso dos recursos.

A desconfiança que alguns usuários associam ao espaço público está especificamente ligada à insegurança, não uma ameaça global à identidade ou à vida íntima ou familiar. Desconfiança e insegurança são conceitos diferentes, que não devem ser associados de maneira necessária.

Na pesquisa em campo, 50 pessoas foram abordadas de modo aleatório e em horários diferenciados. Nessa abordagem, responderem questões gerais relacionadas ao uso do parque, a satisfação, a segurança, a frequência, a acessibilidade e o uso do parque por qualquer pessoa, independente da classe, social, idade ou sexo. A seguir, apresenta-se a síntese das respostas obtidas.

Com relação a segurança, as opiniões se dividiram, onde 25 dos entrevistados consideraram o parque seguro e outros 25 informaram não ser seguro. O sentimento de insegurança é governado por variáveis que vão muito além do risco real de ser vítima de um crime.

Alguns sinais físicos do ambiente (presença de lixo na rua, grafite ou mobiliário urbano pobre) e certa convivência de comportamento social tratado como disruptivo (beber no espaço público, prostituição, presença de desordeiros, grupos de jovens e vagabundos) produzem uma geração de medo e insegurança.

Ao se buscar saber se o espaço público é acessível à toda população da cidade, 47 dos entrevistados responderam que sim, e apenas 3 responderam que não. O espaço social se expressa em novas formas de viver, de se relacionar e se organizar real e simbolicamente em espaços públicos. Há uma população com baixos níveis de confiança, que desvaloriza o coletivo e vive com uma alta percepção de insegurança, e assim indicam falta de acessibilidade ao parque.

Ao buscar saber se o usuário indicaria o uso do parque para outra pessoa visitar, todos os entrevistados (50) responderam que sim. No entanto, entre as aspirações dos usuários, está a necessidade de fortalecer o que é comum. Por isso, todos os entrevistados indicariam a utilização do parque para outros usuários.

Finalmente, 49 dos entrevistados consideram o espaço livre para qualquer pessoa usar, independente da classe social, idade ou sexo, e apenas 1 dos entrevistados respondeu que não. Os usuários de parques correspondem principalmente a jovens e adultos jovens. E o perfil sociodemográfico dos usuários mostra que variam de idade, sexo e nível de educação.

Na maioria dos casos, os homens fazem uso mais intensivo do espaço público. As mulheres percebem os espaços como menos seguros que os homens e, ao mesmo tempo, os usam menos. Agora, eles usam menos porque percebem como menos seguros, ou porque eles usam menos - e talvez saibam menos - eles os percebem como menos seguros?

Em ambos os casos, pode-se concluir que os espaços públicos requerem adaptação ao tipo de usuário, também por razões de sexo. O conhecimento do local e dos outros usuários afeta a percepção de segurança.

Nesse universo, 3 dos entrevistados (todas mulheres) declararam possuir ensino fundamental; 17 (8 do sexo feminino e 9 do sexo masculino) declararam possuir ensino superior; e 30 (13 do sexo feminino e 17 do sexo masculino) dos entrevistados declararam possuir ensino médio.

De acordo com o segundo objetivo específico, para verificar as mudanças ambientais quanto à participação pública ou serviços esgoto, coleta de lixo, drenagem e arborização do parque; realizou-se a tabulação dos resultados do questionário aplicado, encontrando-se os seguintes resultados:

6.2. Mudanças ambientais quanto ao uso do parque

No ano de 2007, o governo iniciou o processo de desocupação da área do trecho correspondente à área pesquisada, onde se encontra hoje o parque Jefferson Peres, com o intuito de fazer uma recuperação ambiental. A priori, todas as famílias

foram retiradas e essas receberam uma indenização por suas casas. Também puderam optar em ficar com um casa que o governo daria. Com a intervenção do governo, criou-se nesse local esse espaço de convivio social, com a prática de esportes, atividades culturais e educação técnica.

A tentativa de igualdade social capitalista é visível no processo de ocupação do solo e na transformação do espaço geográfico, ocorrendo a migração das famílias que ali ocupavam a área do recorte espacial estudado, para lugares onde se pode ter uma melhor condição de vida quanto ao aspecto ambiental, vivendo em um ambiente que possua uma estrutura que haja saneamento, água tratada, coleta de lixo e um lugar mais salubre.

Nesse sentido o Estado, ao intervir no espaço de forma planejada, determina qual segmento social que fará uso desse espaço. Dessa forma, a intervenção do Governo com o PROSAMIM, consolida o poder estatal viabilizando o desenvolvimento do Sistema capitalista, a partir da valorização do espaço, num processo que se caracteriza pela exclusão social.

Para Rossim (2008), as transformações no espaço influenciam também a vida do sujeito diretamente atingido pela revitalização urbanística, pois as relações serão outras. No caso do Parque Jefferson Peres, o espaço se configure numa nova relação social ambiental e social, não sendo o indivíduo alheio a esse processo de mudança ambiental e social.

O Estado interfere diretamente na reprodução do espaço urbano, que para Rossim (2008) é a maneira com que o Estado normatiza o espaço, por meio da criação de projetos ou planos diretores, norteando a ação governamental. Sendo assim, o plano director da cidade de Manaus, no art. 9º, apresenta o regimento para programas de proteção do patrimônio natural:

a) identificar áreas que apresentem potencial para criação de unidades de conservação, dando prioridade para aquelas com predominância de espécies vegetais nativas ou que abriguem fauna silvestre endêmica e paisagens naturais relevantes; b) reforçar a proteção dos espaços territoriais especialmente protegidos por meio da criação e implantação de corredores ecológicos (AMAZONAS, 2014, p. 1).

De acordo com o plano diretor da cidade de Manaus, as áreas de igarapés deveriam ser protegidas, e implementados corredores ecológicos que viabilizassem a

preservação de espécies animais e vegetais da região. Nos igarapés Bittencourt e Manaus não constam nenhum desses itens apresentados no plano diretor da cidade. Após a retirada das famílias que moravam na área que hoje se encontra o parque, as margens dos igarapés foram totalmente aterradas, configurando uma nova paisagem urbana.

Ao longo dos anos, as margens dos Igarapés Bittencourt e Manaus foram totalmente ocupadas por famílias, que se instalaram passando a residir em solo de forma inadequada, ocasionando inúmeras mazelas sociais e impactos ambientais, tais como a poluição por meio de resíduos sólidos jogados nos Igarapés. Para Amazonas (2015), as principais fontes de poluição no meio urbano são: esgotos domésticos (poluição orgânica), lixo (poluição por resíduos sólidos) e industriais.

Contrariando o plano diretor, as margens dos Igarapés foram transformadas em um Grande parque. Sobre esse aspecto, o trecho que abrange os dois Igarapés que cortam o parque foram canalizados e retificados, suas margens foram aterradas (terra criada) e revestidas em concreto. Partindo do pensamento de Marçal e Guerra (2005), isso causa uma degradação ambiental, sem a manutenção permanente das margens dos Igarapés, e devido à ação do tempo, o revestimento de concreto das margens desprende-se assoreando o Igarapé, causando o processo de erosão.

6.3. Uso do espaço na melhoria da qualidade de vida e bem-estar

De acordo com o terceiro objetivo específico desse trabalho, para pesquisar se houve melhoria na qualidade de vida da população, as atividades de estudo de campo foram realizadas em várias datas e em horários diferentes, como em dias de semana, feriados e finais de semana, se encerrando em agosto de 2017. Nesse procedimento, foi realizada uma visita ao Parque Jefferson Peres, apesar de comumente ser frequentador do parque, nesse momento como um pesquisador desse espaço.

A partir disso, foram realizadas outras investigações de campo com aplicação de questionário aos usuários e realizar registro fotográfico. Nas demais idas ao Parque, foi para observar a dinâmica, para contextualizar com os autores lidos anteriormente sobre o uso do parque.

A atividade que normalmente traz o frequentador com maior frequência ao parque é a prática esportiva, relatada por 25 dos entrevistados, seguido pelo passeio (12); o lazer (7); e o uso do espaço infantil (4). Apenas 1 frequentador relatou que é a fotografia, e apenas 1 dos entrevistados relatou outros motivos.

A verdadeira insegurança ou sentimento de sua ameaça restringe o uso do espaço público e, portanto, seu benefício. A insegurança é sentida principalmente durante a noite, em todos os casos, associada a visitas frequentes de estranhos.

Num certo limiar de insegurança, o espaço público deixa de criar capital social ou até diminui, encorajando atitudes de desconfiança ou passividade. Ou seja, a insegurança no espaço público poderia não apenas levar à sua utilização, mas também produzir efeitos contrários aos desejados: em vez de um aumento do capital social, sua deterioração.

Quanto ao parque atender todas as necessidades como usuário, 33 dos entrevistados responderam que sim, e outros 17 responderam não atender todas as suas necessidades.

O espaço público contribui para a autoavaliação pessoal dos usuários e moradores do entorno do espaço público estudado, mas também para a avaliação da cidade, embora existam nuances. Na avaliação em bem-estar pessoal, os respondentes sustentam que o espaço público afeta algo ou muito disso.

O espaço público facilita o desenvolvimento de qualidades que de um lado tem-se a privacidade com o mundo público e, por outro, aprimoram-se habilidades que podem ser usados tanto em um como noutro. O orgulho, a alegria e os sentimentos de afeto provavelmente fortalecem o diálogo e a confiança, tanto no espaço doméstico quanto no público.

7 CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Este trabalho visou compreender o uso e a apropriação do espaço público e os processos de produção e transformação do espaço urbano a partir de seus agentes políticos, sociais e econômicos, considerando uma das especificidades do espaço urbano de Manaus, o qual se encontra recortado por igarapés, e como esse elemento

natural vai sendo incorporado às exigências do modo de vida urbano.

O entorno do Parque Jefferson Péres, ao longo dos últimos anos, apresentou alterações na paisagem, determinadas pela intensificação do uso desse espaço público, compreendendo a forma e a localização do parque como materialização espacial das condições socioeconômicas das pessoas que usam esse espaço. Assim, o espaço se configura enquanto produto e reprodução.

Analisando os resultados da pesquisa e o que foi expresso nas entrevistas, pode-se ressaltar que a influência do espaço público no cotidiano é percebida como positiva, o que reforça a relação entre a construção social do capital social e o espaço público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERCROMBIE, L. C. *et al.* Income and racial disparities in access to public parks and private recreation facilities. **American Journal of Preventive Medicine**, Amsterdam, v. 34, n. 1, p. 9-15, 2008.

AMAZONAS. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. **Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira**. Manaus: FAPEAM; Biblos, 2014.

AMAZONAS. Governo do Estado. **Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus**. Manaus: Governo do Estado, 2015. Disponível em: https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_214.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.

BARRETO, M. M. **Percepção dos Moradores do Igarapé de Manaus sobre o Prosamim e a Prestação de Serviços Públicos em Manaus-AM**. 2014. 86 f. Dissertação (Mestrado em Processos Construtivos e Saneamento Urbano) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

BRESCIANI, M. S. As sete portas da cidade. Espaço e Debates. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n. 34, p. 10-11, 1991.

CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000. COSTA; COLESANTI, 2011.

FERREIRA, L. I. E. P. Parques das Artes Beira Rio. **Revista USP - Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 23, p. 20-33, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/86866>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FIGUEIREDO, S. L. *et al.* Lazer, esporte e turismo: Importância e uso das áreas verdes urbanas em Belém/Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, mar. 2013.

Disponível em: http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV16N01_a6.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

MARÇAL, M. S.; GUERRA, A. J. T. Processo de urbanização de mudanças na paisagem da cidade de Açailândia (Maranhão). In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Orgs.). **Impactos urbanos no Brasil**. São Paulo: Bertrand, 2005.

PATE, R. R. *et al.* Physical activity and public health. A recommendation from the Centers for Disease Control and Prevention and the American College of Sports Medicine. **JAMA**, Chicago, v. 273, n. 5, p. 402-7, 1995.

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM. **Estudo de Avaliação Ambiental Estratégica**. Manaus: Governo do estado, 2004.

ROSSIM, A. C. Prosamim. **Um programa de melhoria ambiental com inclusão social no centro da Amazônia**. Manaus: Governo do estado do Amazonas, 2008. Disponível em: <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/estudo-de-caso-prosamim/>. Acesso em: 02 out. 2021.

SALLIS, J. F. *et al.* An ecological approach to creating active living communities. *Annual Review of Public Health*. **Palo Alto**, [S.l.], v. 27, n. 1, p.297-322, 2006.

SOUZA, A. C. R. A cidade de Manaus no dizer dos viajantes. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005. Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANPUH, 2005.

VENTURI, L. A. B. Recurso Natural: a construção de um conceito. **GEOUSP Espaço e Tempo**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 09-17, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74004>. Acesso em: 10 abr. 2022.